



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

### A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ALTERAÇÕES NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS: TENDÊNCIAS ATUAIS E NOVOS DESAFIOS

Victor Costa de Souza<sup>1</sup>  
Celina Barros Dias<sup>2</sup>  
Gabriela Romariz Leivas<sup>3</sup>  
Janete Luzia Leite<sup>4</sup>

**Resumo:** Estudamos as transformações nos espaços sócio- ocupacionais do assistente social no contexto neoliberal – surgimento de novos espaços de trabalho e alterações nos já existentes – nos artigos da Revista Serviço Social & Sociedade a partir do ano 2000 através de palavras-chave sobre essas mudanças. As novas demandas e alterações impõem desafios, a exemplo da reatualização do conservadorismo. profissional.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Metamorfoses no mundo do trabalho; Espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

**Abstract:** We studied the occupational social work transformations of professional social workers in neoliberal context, which includes, emergence of new workspaces and changes in the existing ones. The article is based on papers published, from the year 2000, in Serviço Social & Sociedade magazine by keywords that express these workplace transformations. The new demands and changes pose some challenges to the category, such as the professional conservatism refreshed.

**Key words:** Social Work; Workplace metamorphosis; Occupational social work.

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 marca o início de uma sucessão de intensas transformações societárias provenientes da instauração da crise estrutural do capital em nível mundial. É nesse marco temporal que se dá a transfiguração das ondas longas expansivas de desenvolvimento do capitalismo em ondas descendentes (MANDEL, 1985). Esse panorama suscitou o processo de ofensiva do capital, caracterizado por duas medidas principais: 1) a implementação da reestruturação produtiva – em que se opera uma série de metamorfoses no mundo do trabalho expressas na reconfiguração da produção, flexibilização e precarização das relações trabalhistas, e na desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros, e na privatização do patrimônio público e; 2) a assunção do

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: victorxcosta@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: victorxcosta@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: victorxcosta@gmail.com.

<sup>4</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: victorxcosta@gmail.com.

neoliberalismo como diretriz econômica, o que ocasiona reformas profundas no aparelho do Estado, além de incidir nefastamente sobre os direitos da classe trabalhadora. Nessa dinâmica societária centrada na maximização dos lucros e na conformação do ideário da financeirização, o Estado assume um papel fundamental, uma vez que no capitalismo tardio – característico de formações sociais como a brasileira – suas funcionalidades são ampliadas: trata-se de um Estado que, diante dessa crise estrutural permanente, posiciona-se como um agente essencial de preservação e maximização da lógica da reprodução do valor.

A atual conjuntura é de continuidade e aprofundamento da crise estrutural deflagrada nos anos 70. Esse estágio do capitalismo revela-se altamente destrutivo, posto que as alterações no mercado de trabalho expressam-se em novas formas organizacionais: contratações flexíveis, intensificação do trabalho, mecanismos de controle e de fragmentação do conjunto dos trabalhadores são apenas algumas dessas alterações. Identifica-se, em todo o mundo, uma ofensiva ultraconservadora, que compreende o epicentro da crise não como intrínseco ao modo de produção capitalista, mas – a partir de análises endógenas – ao Estado de Bem-Estar Social e ao seu *modus operandi* "extremamente dispendioso".

Nesse cenário, as expressões da “questão social” são agudizadas, incidindo liminarmente sobre o Serviço Social num duplo viés: por um lado, os profissionais têm sido requisitados a atuar nas hodiernas formas de enfrentamento da “questão social”; por outro, as tradicionais demandas profissionais são redimensionadas e novas demandas irrompem. Dessa forma, a profissão também recebe influxos dessas transformações, uma vez que o contexto supracitado provoca tanto a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais já consolidados dos assistentes sociais como o surgimento de novos.

O processo de reestruturação produtiva repercute intensamente sobre as formas de organização e gestão do trabalho, mediante a expansão do trabalho intermitente e desprotegido, a terceirização, a informalidade e a retirada de direitos trabalhistas. Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado submetido às transformações provocadas pela lógica do capital nos seus espaços de intervenção, este trabalho objetiva analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e as suas alterações nos espaços sócio-ocupacionais - tradicionais e emergentes – do Serviço Social.

Metodologicamente, realizamos um resgate bibliográfico de autores vinculados à teoria social crítica que discutem as metamorfoses ocorridas nos últimos 30 anos no chamado “mundo do trabalho”, notadamente em sua relação com a exponenciação da “questão social”. A fim de contemplar os rebatimentos dessas transformações para o Serviço Social, procedemos ao levantamento de textos no periódico que é a maior referência para a

categoria no Brasil – a Revista Serviço Social & Sociedade – em todas as suas edições a partir do ano 2000<sup>5</sup>. Esse recorte temporal se deve ao fato de que é a partir da referida década que, com a saída de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a chegada de Lula da Silva à Presidência do Brasil, a implementação das políticas neoliberais assume outros contornos. No período delimitado, a revista referenciada publicou 72 edições, totalizando 591 artigos. Dentre eles, selecionamos 164, que se relacionam à temática da reestruturação produtiva e seus impactos sobre os espaços sócio-ocupacionais da profissão por meio das seguintes palavras-chave: a) metamorfoses no mundo do trabalho; b) reestruturação produtiva; c) espaços sócio-ocupacionais do assistente social; d) precarização do trabalho; e) conservadorismo/neoconservadorismo e; f) gerencialismo.

## **2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

As políticas neoliberais foram adotadas no Brasil ao longo da década de 1990, a partir da execução do receituário dos organismos internacionais referentes às bases do capital-imperialista (e.g. Fundo Monetário Internacional [FMI], o Banco Mundial [BM] e Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID]), justificados como meios para acelerar o desenvolvimento das economias dos países emergentes. Esses reajustes indicam um Estado redimensionado e menos regulador, com destaque para a retração das suas funções legitimadoras, estimulando o desmonte dos serviços públicos e as reformas centradas na retirada dos direitos da classe trabalhadora. Desse modo, passam a prevalecer novas práticas produtivas que visam reduzir os custos da força de trabalho. Isso implica, portanto, profundas transformações no chamado mundo do trabalho, resultantes da reorganização das suas formas de regulação e gestão sob o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

O processo de reestruturação produtiva tem articulado antigos e novos mecanismos de exploração, objetivando a economia do trabalho vivo, o que implica o desemprego estrutural e institui novas formas de trabalho - com relações contratuais demarcadas pela intensificação, terceirização, precarização e informalidade, agudizando e desvelando novas manifestações da “questão social”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Este interregno compreende os números 62 a 133.

<sup>6</sup> Conforme Iamamoto (2015), a "questão social" refere-se ao conjunto de manifestações das desigualdades da sociedade capitalista madura, decorrentes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ainda segundo a autora, no contexto neoliberal e de mundialização do capital, a "questão social" assume novas proporções a partir das transformações verificadas pelo modelo de acumulação flexível e redução do papel Estado no âmbito das políticas sociais.

O governo de Fernando Collor e o de FHC propiciaram o avanço neoliberal no país. O neoliberalismo, no governo FHC, foi “aplicado integralmente, com contração da emissão de moeda, aumento das taxas de juros e abertura ao mercado internacional, criando elevados níveis de desemprego” (CAMPANA, 2000). A década de 1990 encerrou-se com a perda de 2,06 milhões de empregos formais (COGGIOLA, 2019). Nesse mesmo período se verifica o ressurgimento de postos de trabalho, mas sob a batuta da flexibilização dos contratos, e com trabalhadores informais (IBGE, 2003).

Durante o governo FHC, através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), a lógica gerencial - que tem como marca a hipervalorização de fatores como a eficiência, eficácia e o alcance de metas de produtividade – imiscui-se ao serviço público brasileiro (VALLE & LEITE, 2018). Esses fatores escondem, na verdade, a defesa de preceitos neoliberais disfarçados de “modernização”, que resultam na degradação física e mental do trabalhador derivada da intensificação do trabalho, a qual, em último caso, leva ao seu adoecimento.

Na década de 2000, as políticas neoliberais se consolidam no país sob a condução do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo. Reformas que estavam em curso ainda na era FHC são concretizadas na gestão de Lula da Silva, como as Reformas da Previdência (2003 e 2012) e a Reforma Trabalhista. Esta última, sob a promessa de retomada da geração empregos, ampliou a informalidade no país, uma vez que estabeleceu a desregulamentação da legislação trabalhista varguista e a terceirização estendida às atividades-meio e atividades-fim, expressas nas Leis 13.467/2017 e 13.429/2017, respectivamente.

O atual estágio do capitalismo se revela altamente destrutivo. Após o *impeachment* de Dilma Rousseff – sucessora de Lula da Silva na Presidência da República – em 2016, as reformas do Estado brasileiro começam a ser executadas uma após a outra por Michel Temer - vice de Dilma - e seus acólitos, de modo ainda mais desenfreado e sem grandes dificuldades. Nesse contexto, o país entra em um ciclo de regressão social e econômica sem precedentes: totalmente entregue ao capital estrangeiro e com políticas de saúde e educação conduzidas sob a lógica de mercado e de desmonte da legislação trabalhista.

O Serviço Social também é atingido por essas transformações. À medida que as manifestações da "questão social" se intensificam, o mercado de trabalho para os assistentes sociais amplia-se e torna-se mais diversificado, ainda que isso não signifique o desenvolvimento das condições necessárias para o exercício profissional, e muito menos um salário compatível com as atividades desenvolvidas. A profissão, que historicamente tem o Estado como o seu maior empregador (IAMAMOTO, 2009), vem experimentando os efeitos da flexibilização das relações de trabalho e do solapamento das políticas sociais.

Verifica-se o aumento da contratação temporária e por projeto, a terceirização e a ocupação voluntária, acompanhadas pelo rebaixamento dos salários, acúmulo de funções e pressão pelo cumprimento de metas no cotidiano laboral.

Partindo do pressuposto de que a “questão social” é a base da requisição profissional do Serviço Social, é de se esperar que seus espaços sócio-ocupacionais sejam metamorfoseados pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas novas formas de “proteção social”.

As conquistas obtidas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - expressas na organização das políticas sociais sob a perspectiva do direito - foram, em poucos anos, desconfiguradas pelo avanço neoliberal no país. No âmbito da seguridade social, o dever do Estado quanto à política de assistência social é transferido para a sociedade civil e para as parcerias público-privadas (PPP) através do estímulo ao voluntariado e às instituições do terceiro setor. As ações estatais se minimizam, retomando o caráter assistencialista e focalizado para minimizar a extrema pobreza. A criação do Programa Comunidade Solidária, durante o governo FHC, é um exemplo disso, configurando-se no que Netto (2010) denomina como *novo assistencialismo*. Posteriormente, o governo de Lula da Silva solidifica a orientação residual e compensatória dada aos diversos programas sociais implementados por FHC, aglutinando-os no Programa Bolsa Família. Nesse sentido, por um lado, efetiva-se a centralidade da assistência social e, por outro, a assistencialização/refilantropização das políticas sociais. A partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, ampliou-se a oferta de serviços e de possibilidades para atuação dos assistentes sociais. No entanto, pelas próprias características que esta política assume, verifica-se também a intensificação e a precarização do processo de trabalho (RAICHELIS, 2010).

Na esfera da saúde, a resolução n.º 218, de 6 de março de 1997, estabeleceu assistentes sociais como uma das categorias componentes dessa área, malgrado a saúde ser um dos campos de inserção dos assistentes sociais desde de que a profissão é instituída no Brasil. Conforme Mota (2014), os profissionais também têm sido contratados por planos e seguros da iniciativa privada, enquanto no setor público se evidencia a inserção via terceirização através da gestão das Organizações Sociais (OS). Além disso, há mudanças significativas nos programas de saúde mental e drogas, e serviços de emergência e pronto atendimento<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Os avanços obtidos na área da Saúde Mental estão sendo alvo das medidas retrógradas do atual governo Bolsonaro. A recente Nota Técnica nº 11/2019 indica o estímulo às comunidades terapêuticas, a reinternação em hospital psiquiátricos e a abstinência como método de tratamento, estratégias essas contrárias à concepção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), à desospitalização e à política de redução de danos, conquistas do movimento Reforma Psiquiátrica.

A redução do papel do Estado no enfrentamento da “questão social” por meio das políticas sociais e os efeitos da expansão do padrão de acumulação flexível não apenas alteram espaços tradicionais, mas também contribuem para o surgimento de espaços emergentes para os assistentes sociais. Esse movimento se relaciona diretamente com o redimensionamento da “questão social”. De acordo com Netto (2010), a atual dinâmica societária além de aprofundar e atualizar as suas manifestações “tradicionais”, instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da forma de exploração. Desse modo, o Serviço Social recebe novas demandas e requisições que partem tanto do público usuário quanto dos empregadores. A profissão passa a ser convocada para mediar conflitos, promover ações pontuais de qualidade de vida no trabalho sob a perspectiva de adesão aos valores e metas institucionais, além da constante exigência de habilidades técnicas, a exemplo do multilinguismo, conhecimentos tecnológicos etc., posto que

(...) a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” e as “novas”, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia. (Netto, 1996, p. 120)

Ademais, as transformações no mundo do trabalho impõem mais desafios para os assistentes sociais como trabalhadores assalariados. A herança teórica da profissão nos últimos três decênios possibilitou compreender o assistente social como um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho. A clareza de que este profissional é parte da classe trabalhadora implica a percepção de que sua condição assalariada faz com que este esteja “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p. 425). Assim, as exigências do processo de reestruturação produtiva rebatem sobre as condições de trabalho da categoria através de elementos, como,

(...) insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

A precarização das condições de trabalho e da formação profissional, o despreparo técnico e teórico e as consciências crítica e política fragilizadas favorecem a ideologia neoconservadora, *i.e* o conservadorismo reatualizado. Isso porque podem incentivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais e de incorporação de técnicas aparentemente utilitárias no contexto imediatista e fragmentário (BARROCO, 2011).

O assistente social, por sua condição de trabalhador assalariado, não possui controle sobre todas as condições e meios de trabalhos postos à sua disposição no espaço institucional. Os instrumentos, meios para o desenvolvimento do trabalho, e até mesmo matéria (objeto) a qual a ação profissional se dirige, são fornecidos pelos empregadores (RAICHELIS, 2011). Nas instituições impregnadas pela ideologia neoconservadora, a categoria é requisitada para executar um trabalho imediatista, repetitivo, burocrático, pragmático e moralizador, que não propicia atitudes críticas. Desse modo, os assistentes sociais são continuamente desafiados pela relação entre a defesa do seu projeto ético-político profissional de intenção progressista e espaços sócio-ocupacionais cada vez mais reestruturados sob a perspectiva neoliberal.

### 3. RESULTADOS

A partir do levantamento realizado na Revista Serviço Social & Sociedade, foram identificados 99 artigos utilizando a palavra-chave “metamorfoses no mundo do trabalho”, 30 com “reestruturação produtiva”, 20 referiam-se a “espaços sócio-ocupacionais do assistente social”, 28 enfocaram a “precarização do trabalho”, 14 debateram “conservadorismo/neoconservadorismo”, e 2 usaram a palavra-chave “gerencialismo”. Assim, de um total de 591 artigos publicados no interregno 2000-2018, 164 (28%) atenderam aos critérios de nosso estudo.

Constatamos a presença de artigos que atendiam aos critérios para nossa seleção em todos os anos de publicação do periódico, conforme pode ser observado nos Gráficos 1 e 2:

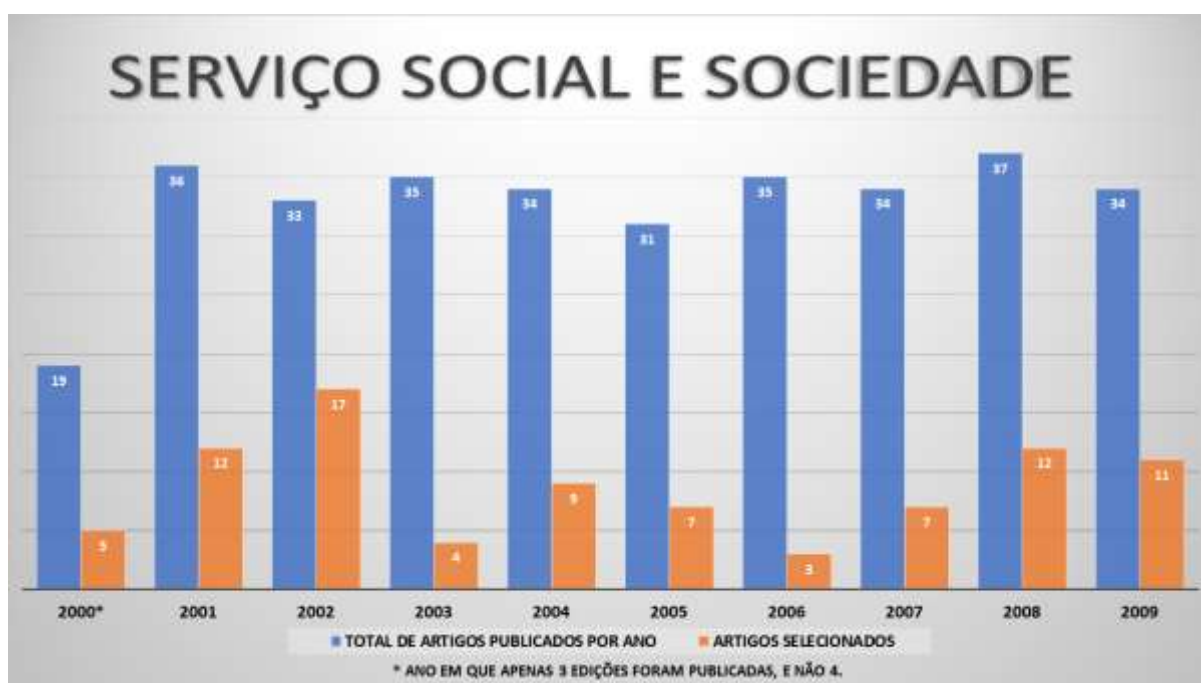


Gráfico 1. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2000-2009)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

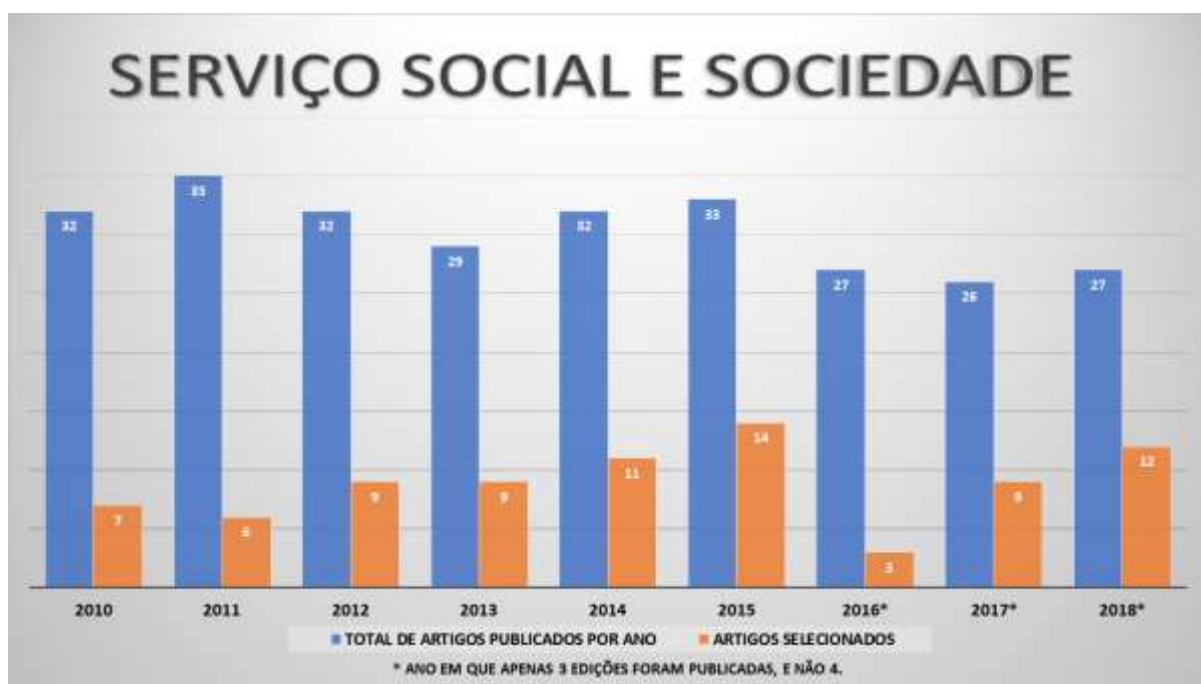


Gráfico 2. Número de artigos selecionados em relação ao total de artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade (2010-2018)

Fonte: dados da própria pesquisa, organizados pelos autores

Os achados preliminares indicam que as sequelas da reestruturação produtiva incidem perversamente sobre as demandas cotidianamente postas aos assistentes sociais e espaços sócio-ocupacionais deste profissional.

Esses espaços são refuncionalizados principalmente em dois aspectos: 1) a nova lógica das políticas sociais de orientação neoliberal, assumindo características como fragmentação, focalização e assunção de um caráter emergencial à formulação e execução destas políticas; e 2) ações típicas do ideário neoconservador.

O primeiro aspecto aponta para a diminuição da perspectiva de direitos sociais, tendo em vista as várias "reformas" gestadas e operacionalizadas pelo Estado<sup>8</sup>. Nos artigos publicados a partir de 2004, verifica-se a discussão acerca do trato ofertado às políticas sociais no Governo Lula. Apesar da incipiência de seu mandato, já se evidencia a compreensão de que a orientação macroeconômica do governo não se distanciava daquela orquestrada por FHC (NETTO, 2004). É também nesse ano que se dá a implementação do

<sup>8</sup> Apesar das diferenças operacionais entre as "reformas" realizadas nos quatro últimos governos brasileiros desde FHC, é fato que todas seguiram o mesmo objetivo: precarizar o público e reduzir direitos, favorecendo largamente o capital estrangeiro.



SUAS. Nos anos posteriores (2005 a 2007), é recorrente o debate de aspectos ligados à reorientação das políticas sociais nessa conjuntura.

Diversos textos evidenciam a incompatibilidade entre o discurso anterior de ampliação dos direitos sociais previsto na Constituição Federal de 1988 e a agenda de reformas que atingem as políticas. Assim, sob essa perspectiva, as políticas sociais aparecem como focalizadas, emergenciais e de caráter meramente compensatório.

O acirramento da “questão social” e a fragilidade dos vínculos empregatícios suscitam novos fenômenos que se manifestam não apenas sobre o público que demanda os serviços sociais, como também sobre o assistente social como trabalhador assalariado, assumindo algumas particularidades. Outrossim, os artigos denotam a presença de elementos como a flexibilização, a intensificação e a precarização, além do aumento da informalidade no cotidiano laboral do assistente social. Os impactos mais imediatos desse quadro traduzem-se em novas demandas, por parte da população, que encontram como resposta das instituições empregadoras dos assistentes sociais a execução de ações típicas do ideário (neo)conservador (COELHO, 2008), o que colide frontalmente com a direção social assumida pela categoria a partir da década de 1980.

Essas demandas também implicam o redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, na medida em que mantêm aqueles já tradicionais (e.g. saúde, sócio-jurídico, empresas), refuncionalizando-os para atender às “novas” exigências políticas, econômicas e institucionais. Outrossim, implicam também o surgimento de novos espaços sócio-ocupacionais como o terceiro setor, a responsabilidade social em empresas, a área socioambiental e a educação, a partir de questões emergentes que se colocam hodiernamente no cenário brasileiro. Dos vinte artigos que abarcam a temática dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, apenas um deles, em 2013, faz referência aos tradicionais e aos novos paralelamente. De forma geral, os artigos abordam os espaços tradicionais com mais frequência: entre esses, doze artigos fazem referência aos espaços clássicos (em 2000, 2004, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2018) enquanto oito debatem os novos (entretanto, esses são contemplados somente a partir de 2010, quando se inicia uma pausa e retornam somente entre os anos de 2013 e 2015). Este conjunto serve de envoltório e justificativa para ações e intervenções que culpabilizam e moralizam os usuários, colocando-os como responsáveis por suas próprias carências. Assim, a “questão social” é banalizada e, ato contínuo, naturalizada.

Mais recentemente (2017), começa a ser evidenciada a presença do gerencialismo no trabalho do assistente social. Por estar presente em apenas dois artigos nos últimos dois anos de análise das revistas, o caracterizamos como uma *tendência* na qual exigências como o cumprimento de metas e o estímulo ao produtivismo são postos a esses

profissionais a fim de "racionalizar" o atendimento das demandas e a organização do processo de trabalho.

No que concerne ao ressurgimento de ações e práticas profissionais típicas do ideário conservador, essa reformulação guarda relação com o imediatismo, o pragmatismo, o tecnicismo e o voluntariado, que ganham espaço na intervenção profissional, e cada vez mais a aproximam de uma prática de cariz controlador, assistencialista e moralizador.

A temática do neoconservadorismo marca presença na revista a partir do ano de 2007, traduzindo-se também no questionamento a respeito dos contrapontos existentes entre a formação crítica defendida pela profissão a partir dos anos 80 e a formação de caráter mercadológico praticada a partir da ofensiva neoliberal. Além disso, a retórica pós-moderna surge na revista em 2009, e é tratada nos artigos como reflexo teórico do neoconservadorismo nesse panorama de ofensiva neoliberal. Após uma breve pausa iniciada em 2010, essa questão do neoconservadorismo ressurge em 2015, com especial destaque no periódico e permanece com certa frequência até o ano de 2018. Os artigos demonstram a preocupação dos autores em relação ao avanço do conservadorismo na sociedade e seus desdobramentos para a profissão.

#### **4. CONCLUSÃO**

O processo da reestruturação produtiva e da lógica neoliberal incidem liminarmente sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social de diversas maneiras. De acordo com Raichelis (2011), os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização atingem o mundo do trabalho e, em conjunto com outros elementos como a agudização da "questão social", o solapamento das políticas sociais e o trato repressivo conferido a esta na contemporaneidade, acabam por reestruturar os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais à medida que novas demandas são postas e novas atribuições profissionais são exigidas. Em nossa análise, a dinâmica social atual requisita dos assistentes sociais um outro "perfil profissional" (IAMAMOTO, 2015), em sintonia com as novas exigências postas pelo mercado de trabalho reestruturado.

Os artigos analisados demonstram que as edições da revista acompanham a conjuntura social, ou seja, expressam o quanto o Serviço Social está sintonizado com as questões levantadas na pesquisa. Isso significa que, apesar dos desafios postos, a profissão continua questionando a realidade social na qual está inserida. Faz-se necessário, portanto, destacar que, mais que nunca, é fundamental garantir a defesa de uma intervenção profissional dotada de uma maior qualificação teórica, competência técnica e clareza política (NETTO, 1996).

Nessa direção, a análise minuciosa do periódico nos permite verificar que, embora o atual contexto societário propicie grandes retrocessos, a categoria profissional está acompanhando e debatendo as tendências do mercado de trabalho, bem como o surgimento de novas demandas e as diversificadas alterações em seus espaços sócio-ocupacionais.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, n. 147, p. 129-144, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF>> Acesso em: 1º de junho 2019.

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. 319 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **De Lula a Bolsonaro - trajetórias políticas do Brasil contemporâneo**. 2019. Disponível em: <[https://www.academia.edu/37847799/DE\\_LULA\\_A\\_BOLSONARO\\_Trajeto%CC%80rias\\_Pol%C3%ADticas\\_do\\_Brasil\\_Contempor%C3%A2neo](https://www.academia.edu/37847799/DE_LULA_A_BOLSONARO_Trajeto%CC%80rias_Pol%C3%ADticas_do_Brasil_Contempor%C3%A2neo)>. Acesso em: 10 março 2019.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/UnB, p. 341-376, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas do Século XX**. 2003. Disponível em: <<https://www2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.sh%CC%80tm>> Acesso em: 28 maio 2019.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/06.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 2010. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 14 junho 2019.

\_\_\_\_\_. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.79, p. 05-26, jul./set. 2004.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, jan./abr. 1996.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.

\_\_\_\_\_. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>>. Acesso em: 9 junho 2019.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, Edições 62-133, 2000-2018. ISSN 0101-6628.

VALLE, Karla; LEITE, Janete. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0109.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2019.